

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA GUINÉ-BISSAU A PARTIR DA PERSPECTIVA DESCOLONIAL: UM DIALOGO ENTRE FRANTZ FANON E PAULO FREIRE

Euclides André Musdna Malú¹
Luis Carlos Ferreira²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a educação de jovens e adultos na perspectiva descolonial durante o período colonial e pós-colonial em Guiné-Bissau, ressaltando o trabalho realizado pelo PAIGC durante a luta armada de libertação nacional, sobretudo, no setor educativo. Nesse sentido, a proposta consiste numa pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, pautada em referências que nos permitirão interpretar os processos políticos e educacionais dos sistemas de educação guineenses. A ideia de trabalhar essa temática brotou da curiosidade que temos em compreender o modo operandi do colonialismo português em Guiné-Bissau, principalmente no quesito de escolarização dos nativos que, apesar de cinco séculos de colonização, a taxa de analfabetismo apresenta-se mais de 90%. A educação de jovens e adultos na perspectiva descolonial apresenta-se como um elemento fundamental para a libertação da sociedade guineense das amarras coloniais. Apesar do país não viver sob o regime colonial há mais de quatro décadas, ainda sim, permanece a colonialidade. No caso, a alfabetização de jovens e adultos precisa ser entendida como um ato político, a partir do aprendizado crítico da leitura e da escrita que possibilita ao alfabetizando produzir o conhecimento e conseguir se libertar. Para isso, procuramos fazer esse diálogo a partir da convergência de pensamentos de Frantz Fanon e Paulo Freire sobre a descolonização e libertação do colonizado.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos Descolonização Guiné-Bissau .

Unilab, Instituto de Humanidades, Discente, euclidesandremalu@gmail.com¹
luiscarlosterreira@unilab.edu.br, Unilab, Docente, luiscarlosterreira@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a educação de jovens e adultos durante o período colonial e pós-independência numa perspectiva descolonial em Guiné-Bissau, sublinhando o trabalho realizado pelo PAIGC nas zonas libertadas, sobretudo, no setor educativo, contra a dominação e exclusão promovida pela colonização portuguesa. O texto fundamenta-se a partir da convergência nos pensamentos críticos de Frantz Fanon na sua obra “Os condenados da terra” (1968) e “Pedagogia de oprimido” (1987) de Paulo Freire, acerca da descolonização e libertação do colonizado das amarras da opressão colonial.

A ideia de trabalhar essa temática brotou-se da curiosidade que temos em compreender o modo operandi do colonialismo português em Guiné-Bissau, principalmente no quesito de escolarização dos nativos que, apesar de cinco séculos de colonização, a taxa de analfabetismo apresenta-se muito elevado. A colonização, na perspectiva de vários autores e pesquisadores pós-coloniais foi um regime brutal, autoritário e perverso na qual o continente africano foi sujeitado. Além de ter sido uma dominação física, acima de tudo tivemos uma dominação epistêmica que possui uma relação assimétrica de conhecimento-poder, por meio do qual tentou apagar um quadro epistemológico dos povos colonizados, subalternizando a capacidade, a cor da pele, as crenças, as práticas tradicionais e culturais dos povos africanos (FANON, 1968; MUDIMBE, 2019).

A estrutura montada pela administração colonial portuguesa em Guiné-Bissau na época colonial era na verdade para dar manutenção de seus ideais, principalmente, capitalistas. Os cidadãos guineenses foram vítimas das insuficiências e ineficiência do sistema educativo no país durante o período colonial, porque o então sistema educativo fazia parte do projeto de dominação, de exploração nas colônias, principalmente colônias portuguesas. Para Cá (2020), na perspectiva colonial portuguesa a instrução de muitos guineenses poderia representar ameaça ao seu regime. Até o período da independência, em 1973, a Guiné-Bissau contava com mais de 90% da população sem um nível básico de escolaridade, uma taxa extremamente elevada.

A inquietude de Fanon e de Paulo Freire nasce do contexto histórico-social da colonização que se expressa por meio da opressão, da desigualdade, da injustiça e, acima de tudo, da desumanização do outro. Segundo Borges (2014), Fanon busca a partir das suas escritas descolonizar as sociedades africanas e formar “homens novos”, libertos da opressão colonial pela via revolucionária. E o Freire procura a libertação das pessoas pela ação cultural. Ambos os autores lutaram incessantemente pela libertação da opressão dos colonos com os colonizados.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho, metodologicamente, adotamos a pesquisa qualitativa, centrada na base bibliográfica, na coleta e na análise dos conteúdos-referência, levando em conta o próprio caráter do trabalho que busca compreender a Educação de Jovens e Adultos em Guiné-Bissau a partir de uma perspectiva descolonial por meio do diálogo entre Paulo Freire e Frantz Fanon. Segundo Strauss e Corbin (2008), a pesquisa qualitativa é o método usado para estudar e entender os fenômenos sociais que se dão a partir da relação do indivíduo com a sociedade, ou seja, as experiências vividas, as relações sociais, o funcionamento organizacional e os problemas sociais que ali ocorrem.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O país que hoje conhecemos como a Guiné-Bissau era uma colônia portuguesa por vários séculos. Antes de tornar-se independente do regime colonial português a Guiné-Bissau contava com um número muito reduzido e insignificante de pessoas alfabetizadas, ou seja, de pessoas que tiveram acesso à educação não ultrapassava 10% da população durante toda a colonização. A educação escolar fazia parte do projeto macro que era a dominação e exploração colonial português dos recursos humanos, minerais e econômico. Para que isso então se efetivasse, segundo Cá (2020), na perspectiva dos colonizadores não deveriam formar muitos nativos, porque se permitissem que muitos assimilarem conhecimentos, cultura e as técnicas europeias poderiam constituir um forte ameaça ao regime colonial. O objetivo da educação colonial portuguesa em Guiné-Bissau segundo Moreira (2006) era de:

arrancar as pessoas da comunidade a que pertenciam e formar elementos submissos aos administradores coloniais, que pudessem servir como intermediários entre o Estado colonial e as massas populares. Além disso, as escolas destinavam-se ainda a formar aqueles quadros nacionais que eram absolutamente indispensáveis para o funcionamento do aparelho colonial e para dar para o mundo exterior a ideia da missão civilizadora dos portugueses. (MOREIRA, 2006, p 11).

O sistema educacional implantado pelos colonos portugueses no país, na verdade, não permitia que muitos nativos guineenses tivessem acesso, como afirmou Davidson (1975 apud Moreira, 2006). O acesso era muito limitado com, no máximo 1% da população nacional que conseguia ter acesso pelo menos da educação básica. Dentre esse 1%, um número muito reduzido de até 0,3% conseguia chegar o estágio de assimilado, isto é, conseguir terminar o ensino secundário e com chances de prosseguir nos estudos. Também não havia qualquer tipo de educação superior, ao ponto de "até 1960, apenas 11 guineenses haviam atingido uma licenciatura universitária - e todos eles como "portugueses assimilados", em Portugal" (Davidson, 1975, p. 26 apud MOREIRA, 2006, p.41).

O conjunto desses processos e mecanismos de dominação instaurados nas colônias de Portugal, principalmente, na Guiné-Bissau, ganharam novas roupagens e traduziram-se num processo de assimilação das pessoas ditas "não civilizadas", ato que visava à conversão das pessoas, de modo a torná-las "novas". Assim, Freire (1987) em sua obra "Pedagogia do Oprimido" considera que o "homem novo" nesse caso, na perspectiva dos oprimidos, não é o homem a nascer da transformação da velha situação concreta opressora a qual se encontram. Para eles, o homem novo são eles mesmos, os oprimidos tornando-se opressores de outros (seus conterrâneos). Fanon (1968) constata que, o colonizado sonha em possuir os bens e privilégios para instalar no lugar do colono. E tudo isso foi possível através da educação institucionalizada, ou seja, "era pela escola, ou a seu pretexto, que se impunha aos indígenas a sua "civilização" ". (FURTADO, 2005, p. 247).

O Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) conhecia o jugo colonial e tinha total noção da importância da transformação radical do sistema educativo colonial para o desenvolvimento e emancipação da população guineense. Por isso, o PAIGC durante a luta de libertação, nas zonas libertadas implementavam escolas que eram assumidas pelas comunidades. Essas escolas buscavam "reafricanizar", retomar o que havia de relevância na experiência das sociedades tradicional e, principalmente, "aprender pela prática. Considerando a grande dificuldade com que se deparava face aos recursos materiais, tentava-se, na medida do possível, associar a aprendizagem à produção e nas tarefas das comunidades" (MOREIRA, 2006, p.44).



“A transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador exija um esforço interestrutural, quer dizer, um trabalho de transformação ao nível da infraestrutura e uma ação simultânea ao nível da ideologia” (Freire, 1978, p.16). O governo guineense, após a independência, através da influência do pensamento revolucionário e descolonial, implementou várias políticas públicas direcionadas ao setor educativo, uma delas era a educação de jovens e adultos através da campanha de alfabetização em todo o território nacional nos anos de 70. A alfabetização de jovens e adultos era concebida como um ato político, porque os envolvidos se engajavam como militantes na aprendizagem crítica da leitura e da escrita e não da memorização mecânica das palavras e frases que lhes fossem dados, pois esse tipo de alfabetização só interessa a classe dominante. A perspectiva revolucionária e descolonial de educação de jovens e adultos privilegia o fazer e refazer histórias e não ler estórias alienantes e, para isso, propõe torná-los protagonistas na produção de conhecimentos.

Por isso, Fanon (1968) considera a descolonização como um processo que passa necessariamente pela transformação dos sujeitos desumanizados em humanos, de sujeitos insignificantes em atores privilegiados. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos do ponto de vista da superação da opressão.

CONCLUSÕES

A educação de jovens e adultos na perspectiva descolonial apresenta-se como um elemento fundamental para a libertação da sociedade guineense das amarras da opressão colonial. Apesar do país não viver sob o regime colonial há mais de quatro décadas, ainda sim, permanece a colonialidade. A superação dessa colonialidade é o que consideramos como ponto central na convergência entre o Frantz Fanon e Paulo Freire. Portanto, a alfabetização de jovens e adultos precisa ser entendida como um ato político, que a partir do aprendizado crítico da leitura e da escrita o alfabetizando produz conhecimento capaz de conseguir se libertar.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Unilab, ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UNILAB) a qual sou bolsista no projeto de pesquisa: “Das escolas de Alfabetização e Educação de Adultos às Comunidades de Aprendizagem Brasil - Guiné Bissau: concepções de ensino, práticas pedagógicas e experiências culturais entre as instituições formais e não-formais na educação cidadã.” Financiado pela Unilab. Agradecimentos aos ancestrais.

REFERÊNCIAS

BORGES, Valdir. O princípio ético-crítico freireano. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 213-231, jan./abr. 2014.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni et al. O velho problema que ainda assombra o sistema educacional da Guiné-Bissau. In: Cá, Cristina Ocuni. Histórias que se cruzam no além-mar: educação e memórias nos espaços lusófonos. Embu das Artes-SP, Alexa, 2020.



FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª. Ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; Carta à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau-incoerências e discontinuidades. Tese de Doutorado. Universidade de Aveiro. 2005.

MOREIRA, Domingos. Políticas públicas de alfabetização de massa na Guiné-Bissau. Dissertação. UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

MUDIMBE, V. Y. A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Tradução de Fabio Ribeiro. Petrópolis: Rio de Janeiro: Forense, 2019.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

